



Contestação: considerações sobre a escrita e o citar *Contestation: considerations on writing and quoting*

*Eduardo Henrique Araújo de Gusmão**
*Roberta Bivar Carneiro Campos***

Em nossas trajetórias, certos episódios são marcantes pela maneira como nos chamam a atenção acerca do modo como exercemos o ofício de cientista social. Seja em bancas de arguição, na elaboração de artigos, na troca de ideias com os nossos pares, nas dificuldades e entaves do trabalho de campo, enfim, inúmeras são as circunstâncias nas quais as dificuldades e riscos de nossa profissão se apresentam de forma muito clara.

Dificuldades na maneira como transitamos nas diversas ambiências que caracterizam o trabalho do antropólogo. Em âmbito teórico, por exemplo, reconhecemos os obstáculos e contrariedades no estudo e assimilação das bibliografias, no compartilhamento tenso das ideias com os colegas e no esforço de aplicação da teoria antropológica sobre a realidade social. Na companhia dos contratemplos, as tentações. Diversas. Atalhos surgem na insistência de utilização de certos conceitos, mesmo diante de claras limitações encontradas na experiência. A simplificação de complexidades empíricas em prol do reforço e da preservação de consensos acadêmicos. E a simples, má e equivocada citação, razão de nossa indignação na presente contestação. Uma situação em que alguém atribui a você certa argumentação, levando os leitores ao engano, rotulando, mal interpretando.

É o caso da publicação de título “Religiosidade protestante diante da união dos negros do Amapá: a experiência do afro-protestantismo”, publicada nesta revista. Nela, o autor expõe dados acerca dos efeitos da religiosidade protestante em um quilombo localizado no município de Macapá-AP. Percorre questões relacionadas ao sincretismo em comunidades quilombolas, os encontros e desencontros dos universos religiosos africano, brasileiro e cristão para, na parte mais etnográfica, refletir sobre dinâmicas sociais híbridas decorrentes da experiência afro-protestante da Comunidade de Remanescente de Quilombo do Mel da Pedreira (CRQMP).

Na introdução, mesmo lidando com um cenário de pesquisa em cuja configuração existem experiências marcadas pela transformação da conduta individual, o autor prefere reproduzir breves considerações sobre o fenômeno da conversão, tão somente citando autores e, em determinada passagem, ratificando um consenso antigo e obsoleto

* Unidade acadêmica de Psicologia (UFCG, Campina Grande-PB). ORCID: 0000-0003-2295-3593 - contato: eduardo.henrique@ufcg.edu.br

** Professora do CFCH-DAM-PPGA da UFPE (Recife-PE). ORCID: 0000-0002-2472-6821 - contato: robertabivar@gmail.com

sobre o pentecostalismo - e levando o leitor ao equívoco por fazer, de modo incorreto, referência a uma análise de nossa autoria. Segue o trecho em questão (Custódio 2020, pp. 266, 267):

O conceito de conversão religiosa, quando é utilizado, refere-se mais à forma como a pessoa adere a uma cosmologia religiosa, e a partir daí, faz dela seu referencial, seja na sua conduta, tomadas decisões, opiniões e/ou procedimentos de vida. Entretanto, o conceito de conversão religiosa numa perspectiva protestante tradicional e contemporânea é muito distinto, pois, segundo o sociólogo Jessé Santos, na conversão protestante contemporânea como, por exemplo, na Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a pessoa não muda o seu interior, mas se apropria de um discurso para conseguir sobreviver, ou seja, adere sem mudar suas convicções.

Por isso, há uma grande distinção entre o termo “conversão” e “adesão”. Segundo Gomes (2011, p. 59), adesão é qualquer forma de participação em um movimento religioso, sem que haja alteração sistemática do estilo de vida. Enquanto que conversão envolve mudança no sistema de valores e visão de mundo. Além disso, o termo adesão vem sendo utilizado em oposição ao conceito de conversão. *Para Campos e Gusmão (2013, p. 58), no caso de conversão na IURD, “não existem convertidos de fato, mas apenas clientes”, porque não se trata de fato de conversão, mas de um trânsito religioso.*

“A questão religiosa no Brasil é muito complexa”, afirma o autor em outro momento do artigo (p. 272). Curiosamente, pois o destaque acima transmite a impressão de que, em seu argumento, o reconhecimento da complexidade teórica e metodológica de um fenômeno como a conversão só existe no plano retórico, nesta ambiência na qual muitos pesquisadores preferem ficar, uma espécie de zona de conforto acadêmica, alternativa arriscada ao esforço de movimentação etnográfica e estudo bibliográfico.

Quando a leitura da bibliografia, mencionada ao término de um artigo, é feita de maneira cuidadosa – fora da zona de conforto, portanto –, descobrimos autores cujos argumentos, ao invés de reforçar consensos, alcançam outros objetivos, bem mais interessantes, por colocar os consentimentos acadêmicos em dúvida, sob a luz, claro, de dados empíricos colhidos etnograficamente. Daí decorre uma diferença valiosa no universo acadêmico: a existente entre a mera citação, irresponsável quando não resulta de leitura, e o registro, fruto de um exame cuidadoso, cautela ausente do texto objeto de nossa contestação.

Nele, o autor simplesmente passa ao largo de um cuidado com o que os autores *realmente* estão dizendo, uma ponderação, caso tivesse sido posta em prática, capaz de mostrar o sentido absolutamente contrário ao uso feito de nossa argumentação, desenvolvida de modo a desconstruir o senso comum tomado como argumento teórico. No artigo de nossa autoria, em nenhum momento ratificamos o consenso de que na Igreja Universal “não existem convertidos de fato, mas apenas clientes”, e pela simples razão de termos dados indicando direções frontalmente contrárias a esta visão, contestada em diversas publicações de nossa autoria, que poderiam ter sido objeto de uma leitura diligente, da parte do autor (Campos 1995; Campos & Gusmão 2008; Gusmão 2011; Campos & Gusmão 2011; Campos & Reesink 2011; Barros Júnior, C.M., Campos & Gusmão 2017).

Reconheçamos. Estamos diante de um objeto de pesquisa, a religiosidade pentecostal evangélica, bastante vulnerável à falta de zelo interpretativo e ao vício da rotulação, alimentados por pesquisadores Brasil afora. É contra essa postura que o mal citado artigo, de nossa autoria, se insurge, por meio de uma crítica de natureza metodológica,

justamente o aspecto negligenciado pelo referido autor quando este se recusa a reconhecer a complexidade de uma realidade social, a do fenômeno da conversão, em prol de um consenso acadêmico cujas elaborações comprometem a execução normal do trabalho antropológico por sujeitar o pesquisador ao mau uso dos significados. Aqui, gostaríamos de reproduzir o trecho de nossa publicação, de modo a confrontar a utilização equivocada de nossas ideias (Campos & Gusmão 2013, p. 58):

Este olhar é construído a partir do confronto de visões divergentes, e é também susceptível a alinhamentos ideológicos diversos. A percepção e o reconhecimento deste processo constitui um exercício de relativização antropológica importante. Compreender sua existência e a sua margem de influência no debate nacional em torno do pentecostalismo brasileiro constitui o principal objetivo deste artigo. *É neste sentido que o presente artigo propõe uma reflexão acerca dos aspectos metodológicos que dizem respeito à interpretação antropológica dirigida à experiência da conversão religiosa, vivenciada por membros e frequentadores da Igreja Universal do Reino de Deus. Entendemos que no campo de estudos socioantropológicos sobre conversão ao neopentecostalismo, em especial a IURD, as interpretações estão eivadas de consensos culturais a respeito da igreja e de seus fiéis, tais como: na IURD não existe comunidade de fiéis; não existem convertidos de fato, mas clientes ou ainda de que a IURD é uma igreja de bandidos. A principal questão metodológica é pôr em perspectiva alguns desses consensos e promover o questionamento de interpretações antropológicas, já consolidadas no imaginário acadêmico nacional, acerca da conversão religiosa neopentecostal.* Isto será feito a partir do relato da trajetória de pesquisa de um dos autores junto a comunidades e fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, tendo a experiência individual da conversão como principal fenômeno problematizado.

A citação acima, quando comparada com a má referência feita pelo autor, revela uma atitude deveras comum na academia, sobre a qual convergem diversos aspectos, desde os relacionados à maneira como o fenômeno da conversão religiosa é interpretado até aqueles atinentes à chamada “geopolítica da produção acadêmica” (Campos & Reesink, 2011, 222), neste último caso evidentes por salientarem a forma de visibilidade colocada sobre trabalhos de pesquisadores da região Nordeste, de modo descuidado, citando sem ler, e ratificando uma leitura hegemônica, esta que impõe previamente a seguinte simetria, antes até de o pesquisador colocar os pés no campo de investigação: a existente entre religiosidade evangélica e abjeção cultural, uma assimetria com força, inclusive, para transformar categorias antes analíticas em termos de acusação, com forte carga pejorativa, como é o caso da palavra “neopentecostalismo”, sinônimo de “seita”, “empreendimento”, “histeria”, “fanatismo”, “clientela”, “flutuação” etc.

Estamos falando de um fenômeno cuja configuração empírica, por salientar certos aspectos, termina sendo interpretado de modo bastante curioso, sem a verificação dos cuidados recomendados pelos estudos antropológicos com sólida base etnográfica. No caso da IURD, essas lacunas se apresentam quando os pesquisadores negligenciam dados como os que dizem respeito aos distintos graus de adesão a uma religiosidade como a encontrada nessas comunidades, um detalhe que só poderá ser percebido se o estudioso do fenômeno lançar um olhar sobre a experiência religiosa *individual*, o que não costuma ocorrer com a IURD, pois as práticas religiosas encontradas em seus templos costumam ser interpretadas em obediência a um consenso acadêmico, ao qual o autor, ora contestado, bate continência: aquele estabelecido pela relação entre religião e sociedade, um par cujas interpretações, quando aplicadas sobre a IURD, reforçam

suas continuidades com a matriz cultural brasileira, um raciocínio problemático por ficar em silêncio diante de inúmeras questões decorrentes da forma como a experiência religiosa se estrutura em âmbito individual.

Ora, sobre o exame etnográfico dos contornos individuais da experiência religiosa, se impõe o consenso acadêmico, uma espécie de construção ideológica na qual, pelo menos em certos cenários de pesquisa, as partes costumam falar pelo todo, no caso da IURD, a dinâmica sincrética pela transformação da conduta individual, a continuidade pela ruptura, o consumo pela fé, a metonímia pela ontologia nativa, a magia pela religião, o cliente pelo convertido.

O desdobramento, portanto é a configuração de um fenômeno cujas elaborações, com frequência, passam a ser depreciativas, estando em sintonia com “um sentimento coletivo de repúdio, compartilhado tanto pelo público em geral, como também por jornalistas e acadêmicos”, como mostrado em argumento completamente ignorado, à disposição no artigo alvo da descuidada leitura (Campos & Gusmão 2013, p. 62).

Concluindo, qual seria a lição trazida por esta breve reflexão? De natureza ética, a reflexão necessária concerne à qualidade dos estudos dirigidos pela universidade brasileira ao fenômeno religioso, um aspecto cujas ponderações devem incluir a preocupação, não só com a maneira como as pesquisas de campo são feitas, mas, igualmente, com o tratamento dado às ideias criadas pelos nossos pares e publicadas em revistas com amplo alcance nacional; um zelo sem o qual não haverá estudos antropológicos de qualidade.

Referências

- BARROS JÚNIOR, C. G. B., CAMPOS, R. B. C. & GUSMÃO, E. H. A. Antropologia e filosofia política: uma relação estranha? Ou como analisar controvérsias entre cidadãos seculares e religiosos em uma democracia liberal. Debates do NER, n. 32, Ano 18, Porto Alegre, pp. 143-170, 2017.
- CAMPOS, R. B. C. Emoção, Magia, Ética e Racionalização: as múltiplas faces da Igreja Universal do Reino de Deus. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.
- CAMPOS, R. B. C. & GUSMÃO, E. H. A. Celebração da fé: rituais de exorcismo, esperança e confiança na IURD. *Anthropológicas*, v. 19(1), Ano 12, Recife, pp. 91-122, 2008.
- CAMPOS, R. B. C. & GUSMÃO, E. H. A. Religião em movimento: relações entre religião e modernidade. *Revista CAMPOS*. n. 11 (1), Curitiba, pp. 65-84, 2010.
- CAMPOS, R. B. C. & GUSMÃO, E. H. A. Reflexões metodológicas em torno da conversão na IURD. *Estudos de sociologia*, v. 18, n. 34, Araraquara, pp. 57-74, 2013.
- CAMPOS, R. B. C. & REESINK, M. L. Mudando de eixo e invertendo o mapa: para uma antropologia da religião plural. *Religião e Sociedade*, 31(1), Rio de Janeiro, pp. 209-227, 2011.

CUSTÓDIO, E. S. Religiosidade protestante diante da união dos negros do Amapá: a experiência do afro-protestantismo. REVER – Revista de Estudos da Religião, v 20, n. 1, São Paulo, pp. 265-280, 2020.

GUSMÃO, E. H. A. Dinâmicas prisionais e religião: uma análise sobre as trajetórias e experiências de detentos em processos de conversão. 173f. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

Recebido: 14/10/2020

Aprovado: 30/11/2020

Editor: Wagner Lopes Sanchez